

Que-fazer: a Educação Popular e saúde coletiva das mulheres camponesas de Patrimônio da Penha, Espírito Santo, Brasil

Marília Leitão Herdy¹, Débora Monteiro do Amaral², Janinha Gerke³

Resumo

Este texto é fruto de uma pesquisa que objetivou conhecer e compreender como os saberes produzidos no âmbito da Educação Popular (EP) estão presentes na produção dos fazeres de saúde coletiva da comunidade de Patrimônio da Penha/ES, a partir das práticas tradicionais enredadas por mulheres camponesas. O percurso metodológico privilegiou as narrativas em rodas de conversa acerca da EP e saúde, com coleta de dados por meio da observação *in loco*. A fundamentação teórica baseou-se nas discussões de Brandão (1985, 2006), Freire (1992, 2005, 1983) e Pulga (2018). Como resultados, evidencia-se a contribuição da EP para a saúde comunitária e a importância da participação das mulheres na promoção da saúde coletiva, a partir das práticas oriundas dos saberes populares tradicionais.

Palavras-chave

Educação Popular em saúde. Mulheres. Saúde coletiva.

¹ Graduada em Educação do Campo pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; orientadora do Projeto de Educação Popular em Saúde do Espírito Santo no Instituto Capixaba de Estudos e Pesquisas de Inovação em Saúde, Espírito Santo, Brasil. E-mail: mlherdy@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil; pós-doutoral em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; professora na Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo do Espírito Santo; coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Paulo Freire. E-mail: deboramdoamaral@gmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; pós-doutoral em Ciências Humanas na Universidade de Austral, Província de Buenos Aires, Argentina; professora na Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas na Pedagogia da Alternância: Memórias, Experiências e Narrativas. E-mail: professorajaninhaufes@gmail.com.

What to do: Popular Education and collective health for countryside women in Patrimônio da Penha, Espírito Santo, Brazil

Marília Leitão Herdy¹, Débora Monteiro do Amaral², Janinha Gerke³

Abstract

This text is the result of research that aimed to understand how knowledge produced in the field of Popular Education (PE) is present in the collective health practices of the community of Patrimônio da Penha, Espírito Santo, Brazil. The study focuses on traditional practices carried out by countryside women. The methodological approach prioritized narratives in conversation circles about PE and health, with data collection through on-site observation. The theoretical basis was based on the works of Brandão (1985, 2006), Freire (1992, 2005, 1983), and Pulga (2018). The results highlight the contribution of PE to community health and the importance of women's participation in promoting collective health, based on practices derived from traditional popular knowledge.

Keywords

Popular Education in health. Women. Public health.

¹ Graduated in Countryside Education, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; advisor to the Popular Education in Health Project of Espírito Santo at the Capixaba Institute for Studies and Research in Health Innovation, State of Espírito Santo, Brazil. Email: mlherdy@gmail.com.

² PhD in Education, Federal University of São Carlos, State of São Paulo, Brazil; postdoctoral degree in Human Sciences, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; professor at the Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; coordinator of the Study and Research Group on Rural Education in Espírito Santo; coordinator of the Paulo Freire Study and Research Group. Email: deboramdoamaral@gmail.com.

³ PhD in Education, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; postdoctoral degree in Human Sciences, University of Austral, Province of Buenos Aires, Argentina; professor at the Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; coordinator of the Study and Research Group on Alternating Pedagogy: Memories, Experiences, and Narratives. Email: professorajaninhaufes@gmail.com.

Introdução

Pautar, refletir e investigar temáticas relacionadas à Educação Popular (EP) e à Saúde Coletiva são *práxis* da formação dos sujeitos docentes do campo. Estão nos pressupostos do movimento nacional organizado, como também nas experiências formativas enredadas nos coletivos das escolas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária, escolas de famílias agrícolas, escolas comunitárias e agroecológicas. Ademais, encontram-se em outros espaços e tempos que constroem currículos amalgamados à vida dos sujeitos em formação. É nessa perspectiva que o curso de Licenciatura em Educação do Campo tem provocado seus/suas estudantes a produzir investigações a partir da riqueza de experiências comunitárias e investigações que visibilizem e protagonizem saberes e fazeres negligenciados pelo paradigma tradicional que, na grande maioria, atravessam os currículos acadêmicos.

Nesse sentido, este texto é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Licenciatura em Educação do Campo – habilitação em Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), câmpus Goiabeiras/Vitória, realizado no ano de 2023. O principal objetivo é identificar como a EP e o trabalho das mulheres camponesas estão presentes na construção e na manutenção da saúde coletiva da comunidade de Patrimônio da Penha, a partir dos saberes e fazeres tradicionais.

Nessa esteira, o estudo nasce a partir do desejo de visibilizar a importância da EP na saúde coletiva, promovida por mulheres de uma comunidade do campo, localizada na região do Caparaó Capixaba, como também pela necessidade de ressaltarmos a relevância do trabalho empreendido por essas mulheres para a saúde coletiva.

Dessa forma, cumpre registrar que, pelos limites da escrita de um artigo, este texto traz um recorte teórico-metodológico e dos resultados alcançados que serão aqui apresentados da seguinte forma: inicialmente, uma contextualização do *locus* da pesquisa; na sequência, os fundamentos teóricos e metodológicos do estudo; por fim, a apresentação e discussão dos resultados, seguidos das considerações e referências.

Contextualização do estudo

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc), da UFES, é fruto das conquistas dos povos campesinos na luta pela especificidade formativa de educadores/as para a construção de uma outra escola e de uma outra sociedade. Especificamente no Espírito Santo

(ES), o curso foi criado em 2014, a partir de uma proposta apresentada pelos movimentos sociais e pela UFES em resposta ao Edital nº 2, de 31 de agosto de 2012 (UFES, 2019).

Para autores/as caminhantes com e no movimento da Educação do Campo, a Ledoc tem como um dos pressupostos a compreensão de que a escola da classe trabalhadora camponesa demanda um projeto formativo comprometido com racionalidades políticas e epistemológicas de outro projeto de sociedade (Molina; Martins, 2019), na contramão do capital. Trata-se, como afirmam Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 222), de “constituir a formação de educadores como política pública que garanta a construção de uma escola vinculada à luta das populações do campo, pelo direito de produzir e reproduzir suas vidas a partir do território onde vivem e trabalham”.

Conforme supramencionado, a Ledoc é um curso da UFES, com uma estrutura curricular e organizativa em regime de alternância. Seus fazeres formativos são pautados nos princípios do movimento nacional da Educação do Campo que, por sua vez, tem raízes na EP. Dessa forma, a circularidade das relações, a dimensão dialógica, os saberes e fazeres tradicionais, bem como os elementos da realidade, o trabalho, o meio ambiente, a cultura, a saúde, o fazer coletivo, dentre outros, são pautados como temas de estudos e como práticas a serem vivenciadas no âmbito da formação do educador do campo.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso tem inaugurado outras possibilidades didáticas e organizativas advindas das experiências dos sujeitos em formação, como a auto-organização e a pesquisa da realidade, por meio do Plano de Estudos e do Caderno da Realidade, ambos reconhecidos como mediações pedagógicas da formação por alternância (Gerke; Guimarães, 2021). Trata-se da entrada e da legítima ocupação de outras epistemologias na universidade, com os saberes e fazeres da classe popular e trabalhadora camponesa.

Tais temas de estudos são tomados como possibilidade de aprofundamento em projetos de pesquisa, a exemplo do texto em tela. A pesquisa, como princípio educativo da Educação do Campo e da Formação por Alternância, está presente em todas as etapas do curso e, em especial, no trabalho final, com a realização de uma investigação mais aprofundada. Dessa forma, cumpre registrar que este trabalho está circunscrito à disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso I, II e III”, iniciada no 6º período e finalizada no 8º período do curso (UFES, 2019).

O trabalho foi realizado na comunidade rural de Patrimônio da Penha, distrito do município de Divino de São Lourenço, situado ao Sul do ES, na região do Caparaó capixaba. A vila de Patrimônio da Penha possui cerca de 700 moradores/as, pertencendo ao menor município em termos populacionais e com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. A comunidade, localizada na Serra do Caparaó, fica a 26 km do Pico da Bandeira e

faz divisa com Áreas de Preservação Permanente (APP) do Parque Nacional do Caparaó. Por essa razão, o território segue preservando suas belezas naturais, assim como seus mananciais de água doce ao lado do alto da serra, que abastecem consideravelmente a bacia do Rio Itapemirim. Por isso, é uma região atraente para pessoas de todo o mundo, que buscam uma qualidade de vida associada à natureza e aos seus poderes curativos.

Aspectos teóricos e metodológicos

Para esta pesquisa, optou-se pela metodologia de natureza qualitativa, abordando a temática da EP e suas contribuições para a saúde coletiva, além da relação das mulheres com a saúde popular. Propor-se a fazer pesquisa com as classes populares implica ter consciência de que não vamos falar para as pessoas, sobre as pessoas, mas com elas. O diálogo estabelecido entre pesquisador/a e colaborador/a da pesquisa deve ser igualitário, de forma que ambos/as consigam, por meio das trocas, aprender com a experiência do outro. A troca de saberes é o ponto de partida para a construção de novos saberes.

A opção de caminhar com as classes populares, neste caso, com mulheres do coletivo popular em saúde, significa acreditar que é possível romper com um modelo de sociedade que exclui, oprime e retira dessas pessoas seus direitos de comunicar saberes, que devem ser validados. Assim, acreditamos na possibilidade de ajudar a construir uma sociedade mais humanizada, que consiga estabelecer novos diálogos e novas esperanças. É preciso saber como andar e estar entre pares, entre pessoas que acreditam e querem dialogar, como descrevem Oliveira *et al.* (2009, p. 13):

Há um olhar interior, que enxerga o invisível, que se vale de todos os sentidos. Se o olho não vê, há sempre a possibilidade de busca de outros referenciais. Se o olho vê, podemos nos perguntar sobre o que vemos, também buscando outros referenciais. Olhar, sentir, tocar, ouvir, fazer. Estranhar e amadurecer o estranhamento, perguntar-se, perguntar. Nesse olhar, permitir-se um espaço entre as cenas, espaço de reflexão, de suspensão, de pergunta que nos prepara para melhor compreender o que se dará a ver a seguir.

Nessa perspectiva, para a pesquisa que apresenta a EP enquanto uma metodologia, mais importante do que alcançar um resultado é compreender o processo de relações entre as pessoas e com elas, em um processo de comunhão, como já nos ensinava Freire (2005), na compreensão conjunta de si e do mundo que se tece na intersubjetividade, em comunhão com as outras pessoas. O estar em comunhão ainda pressupõe que as pessoas que estão caminhando conosco

na pesquisa não são objetos dela, mas colaboradoras do processo, ou seja, estamos juntos/as construindo um percurso que é de todos e todas. Logo, devemos nos projetar dessa maneira em busca de um ideal em comum. Nesse contexto, o sujeito é o colaborador, o ser humano integrado à realidade criticamente, transformando-a com sua *práxis* (Souza; Amaral, 2009).

Ademais, Brandão (1985) nos ensina que a aproximação entre pesquisador/a e o grupo social com quem se pretende trabalhar exige paciência e honestidade, para que de fato seus membros e membras tenham uma participação enquanto protagonistas e não como simples objetos. Segundo o autor, “consciência e conhecimento se constroem, se estruturam e se enriquecem em cima de um processo de ação e reflexão empreendido pelos protagonistas de uma prática social vinculada a seus interesses concretos e imediatos” (Brandão, 1985, p. 33).

Outrossim, é necessário destacar que outra postura política que assumimos ao fazer pesquisa com o povo é a militância ou o engajamento pessoal frente às escolhas que fazemos. Estar com o povo, estar com as classes populares e com a EP é uma escolha política. Conforme nos ensina Freire (2005), reafirmamos a favor de quem estamos e contra quem estamos, a favor do que estamos e contra o que estamos. O engajar-se faz parte de um ato consciente, pois não basta dizermos que somos contra isso ou contra aquilo, mas o que vamos fazer com o povo para transformarmos o meio que não aceitamos. A metodologia pautada na EP nos desafia a compreender que nossas escolhas podem nos mover para lugares que não conhecemos e, por não conhecermos, nos desafiamos no processo curioso de aprender mais sobre a “curiosidade que só tem quem, sabendo que sabe, sabe que sabe pouco e que precisa e pode saber mais” (Freire, 1992, p. 97).

Ao fazer pesquisa com as premissas da EP, é necessário destacar que alguns dos saberes das classes populares estão fincados na sua experiência de vida e, por isso, podem ser diferentes dos nossos. As classes populares podem nos contar sobre suas experiências e, desse modo, podemos trocar saberes, mas nós nunca iremos conseguir apreender exatamente o que as pessoas estão nos falando, pois faz parte da vida delas (Amaral; Montrone, 2015). Nós, enquanto pesquisadoras que estão nas/com as comunidades, procuramos compreender os saberes e não achar que o nosso saber irá complementar o saber do povo. Assim, não há escala de superioridade, são apenas saberes diferentes, partidos de históricos e vivências distintos. Como nos mostra Valla (1996, p. 179):

É provável que dentro da concepção de que os saberes dos profissionais e da população são iguais, esteja implícita a ideia de que o saber popular mimetiza o dos profissionais. Se a referência para o saber é o profissional, tal postura dificulta a chegada ao saber do outro. Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, a partir de suas vivências, que são vividas de uma forma distinta daquela vivida pelo profissional. Nós oferecemos nosso saber porque pensamos que o da população é insuficiente, e por esta razão, inferior, quando, na realidade, é apenas diferente.

A escolha nesta pesquisa pela EP nos remete à intencionalidade da pesquisa, ou seja, significa dizer qual a intenção que temos ao nos propormos estar com as classes populares. Acreditamos que a intencionalidade é um passo fundamental para a fidedignidade da pesquisa. Em outras palavras, se estamos de corpo na pesquisa e com as pessoas, vamos assumir um compromisso de sermos fiéis ao que dizem as pessoas com quem estamos. Por meio da metodologia adotada, escolhemos, de maneira intencional, o como ouvir, o como analisar e o como dialogar com as pessoas envolvidas no processo. Ao optar pela escuta intencional e humanizada das pessoas, a EP acredita que o povo, no processo de luta pela transformação da realidade, precisa elaborar o seu próprio saber. Essa proposta está vinculada a um projeto transformador que busca enfrentar a distribuição desigual dos saberes, incorporando o saber como ferramenta de libertação nas mãos do povo (Amaral; Montrone, 2015).

Além disso, Brandão (2006) nos ensinou que não é somente em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo ser humano. É, também, ao longo do processo coletivo de transformá-la que as classes populares se educam na própria prática com o aporte da EP. Desse modo:

Não é apenas em uma sociedade transformada que se cria uma nova cultura e um novo homem. E ao longo do processo coletivo de transformá-la através do qual as classes populares se educam com a sua própria prática, e consolidam o seu saber com o aporte da educação popular. Pela primeira vez surge a proposta de uma educação que é popular não porque o seu trabalho se dirige a operários e camponeses excluídos prematuramente da escola seriada, mas porque o que ela “ensina” vincula-se organicamente com a possibilidade de criação de um saber popular, através da conquista de uma educação de classe, instrumento de uma nova hegemonia (Brandão, 2006, p. 48).

Destacamos, ainda, que na pesquisa com base na EP, partimos do princípio de que assim como não existe um saber certo, um saber errado e nem a hierarquização de saberes, também não existe um vazio de saberes e de cultura. A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares (Brandão, 1985).

Nesse sentido, ao apostarmos no desvelamento do mundo com os sujeitos, como nos ensina Freire (2005), estamos defendendo que a alteridade é ponto central. Por meio dela, podemos realmente estar com e no mundo, bem como com os sujeitos do mundo em um processo dinâmico de conscientização e ampliação de visão de mundo. Durante a pesquisa realizada, pautada na EP, pudemos vivenciar aquilo que Freire defendia: “fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares” (Freire, 1983, p. 36).

Sujeitas da pesquisa

Por sujeitas da pesquisa, consideramos todas as mulheres que generosamente partilharam seus saberes e fazeres para a realização deste trabalho. Ao todo, são 15 mulheres campesinas moradoras e atuantes na comunidade de Patrimônio da Penha, que trabalham com a saúde popular. A realização da pesquisa se deu a partir da análise documental e da coleta de dados *in loco*, junto às mulheres participantes do estudo. Se constituíram como fontes documentais: livros, *sites*, publicações e artigos acadêmicos acerca do tema da EP e saúde coletiva. Paralelamente a essa etapa, foi realizada a pesquisa de campo, a partir de diálogos em rodas de conversa itinerantes.⁴

Para tanto, elaboramos um roteiro semiestruturado de questões provocadoras para animar o diálogo, com seis perguntas centrais. Ademais, foi construído um itinerário de visita às casas das mulheres, o que viabilizou conhecer os seus jardins e hortas medicinais, bem como os seus espaços de atendimento comunitário, registrados no diário de campo, nas fotos e nas gravações. Os dados coletados foram transcritos para fins de análise e apresentação.

Nas rodas de conversa, as mulheres narraram suas experiências; como e com quem aprenderam; como se dá a relação da saúde com os saberes tradicionais; quais práticas de EP são observadas na comunidade; se há algum movimento social relacionado à Educação Popular da Saúde (EPS), que tenha representatividade nas discussões políticas locais; e, por fim, como a EP atua na construção e manutenção das práticas e saberes tradicionais relacionados à saúde coletiva.

A partir do narrado, buscamos tecer análises qualitativas tomando por referência a perspectiva de Franco (2012) de análise do conteúdo, uma vez que: “A análise de conteúdo

⁴ A autoria dos excertos trazidos para o diálogo, neste texto, foi autorizada pelos sujeitos da pesquisa, por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo, assim, também o registro de suas reais identidades. O TCLE compõe a documentação necessária para a realização da pesquisa no âmbito da graduação e encontra-se no acervo das autoras.

implica comparações contextuais. Os tipos de comparações podem ser multivariados. Mas, devem, obrigatoriamente, ser direcionados a partir da sensibilidade” (Franco, 2012, p. 22).

Educação Popular e as concepções teóricas que enredam este trabalho

A EP é considerada uma ruptura com o método tradicional pedagógico praticado nos espaços educacionais, devido à inserção de uma nova concepção que busca, sobretudo, elementos de emancipação das relações entre os sujeitos que compõem a estrutura societária, tentando romper com a hierarquização de saberes e, com isso, oportunizando uma prática educacional libertadora imbuída de conscientização política. Dessa forma:

Vivenciar a Educação Popular, na sua maneira mais concreta, oportuniza viver um outro tipo de abordagem no seio das práticas profissionais e dos trabalhos sociais, que marcha na construção de uma organização social justa, humana e democrática, lutando pela emancipação das classes populares e dos grupos desfavorecidos de nossa sociedade (Cruz, 2015, p. 61).

Ao longo dos anos, a EP foi conquistando espaços em outras esferas da sociedade. Além disso, levantou a bandeira da luta contra a opressão sobre os movimentos sociais e populares, tornando-se um referencial à medida que questionava as relações de poder vigentes e propunha processos educativos emancipatórios. Logo, afirma-se que:

A proposta de que a Educação não é “para o povo” (o que redundaria na pura transmissão), mas “com o povo” (o que assevera sua dimensão compartilhada e participativa), construída com os outros de forma coletiva, em um processo permanente de interação entre sujeitos sociais e sua diversidade, estabelecendo uma relação de poder também compartilhada, fortalecendo o saber popular (Bornstein *et al.*, 2013, p. 59).

Essa ideia de uma educação pensada com o povo refuta, ainda, uma tentativa de hierarquização das relações de saberes e poderes, que acabaria por enfraquecer o elo entre quem educa e quem é educado. Na contramão desse aspecto, a educação popular traz a idealização de uma educação baseada em troca e partilha, ou seja, uma educação para além de uma mera instrumentalização do saber; uma educação que forme os indivíduos em sua pluralidade.

A EP, por sua natureza e importância na formação dos sujeitos da classe trabalhadora, constitui uma das disciplinas do curso de Ledoc, compondo não apenas a organização curricular, mas estando presente na metodologia do curso. Essa metodologia, inclusive, se dá principalmente pelo fato de a Educação do Campo ter sido um direito conquistado pelos

movimentos sociais, protagonizada pelos/as trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações, que visam construir práticas educativas e políticas públicas de educação. Nessa perspectiva:

O esforço feito no momento da constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de reforma agrária, protagonizada naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo (Caldart, 2012, p. 259).

A Educação do Campo é uma prática educativa que tem pressupostos na EP que, por sua vez, está inserida no arcabouço organizativo dos movimentos sociais. Em outras palavras, isso significa dizer que sua construção teórica se deu e se dá a partir dessa prática. Constitui-se, dessa forma, o movimento de reflexão e ação, de teoria e prática, que interconectam a EP e a Educação do Campo, fundamentando uma ação transformadora: “a teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade” (Freire, 1989, p. 67).

Nessa perspectiva, compreendemos que a EP constitui práxis formativa e de pesquisa dos sujeitos camponeses. Suas matrizes sustentam a Educação do Campo e a materialização de suas pedagogias, visibilizando a diversidade de saberes, fazeres, sujeitos, territórios e culturas.

Educação Popular em Saúde (EPS)

A EPS é uma extensão das teorias da EP, com destaque para as discussões em torno da saúde coletiva ao pensar métodos nos quais os sujeitos se relacionem de forma mais participativa com os processos que envolvem a sua saúde e de sua comunidade, visando promover, literalmente, um vínculo mais saudável com as hierarquias de poder. Nesse sentido, é válido ressaltar que:

A Educação Popular é uma inspiração teórica e prática capaz de oportunizar o desenvolvimento de um agir com postura ética comprometida com ações de Promoção da Saúde em caráter ampliado, orientadas por dimensões críticas, sociais e políticas na compreensão do papel da saúde em comunidades populares e da intervenção social nesses espaços (Vasconcelos; Pereira; Cruz, 2008, p. 47).

Considera-se muito importante constar neste trabalho a grande contribuição que a EP empregou à construção do Sistema Único de Saúde (SUS), trazendo bases pedagógicas norteadoras que deram sustentação aos princípios das práticas de cuidado e de gestão em uma saúde participativa, voltada a grupos socialmente vulneráveis.

Muitos dos princípios de políticas públicas voltadas para a EPS, como a Política Nacional de Educação Popular em Saúde do âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEP-SUS) fundamentam-se na fonte teórica da EP, tais como: universalização, equidade, integralidade, regionalização, descentralização e participação popular. Conforme os documentos investigados, destaca-se o Art. 2º da portaria nº 2.761, de 19 de novembro de 2013:

Art. 2º A PNEPS-SUS reafirma o compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e a efetiva participação popular no SUS, e propõe uma prática político-pedagógica que perpassa as ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a partir do diálogo entre a diversidade de saberes, valorizando os saberes populares, a ancestralidade, o incentivo à produção individual e coletiva de conhecimentos e a inserção destes no SUS. Art. 3º A PNEPS-SUS é orientada pelos seguintes princípios: I - diálogo; II - amorosidade; III - problematização; IV - construção compartilhada do conhecimento; V - emancipação; e VI - compromisso com a construção do projeto democrático e popular (Brasil, 2013, n. p.).

A EP e a EPS trazem outro aspecto importante sobre a atuação da saúde no âmbito local, buscando atrelar os debates à cultura local e contribuindo de modo significativo com a saúde comunitária: “através da ênfase ao diálogo, à valorização do saber popular e à busca de inserção na dinâmica local” (Dantas, 2018, p. 230), tendo a identidade cultural como base do processo educativo. Assim:

Pensar a saúde coletiva – no contexto da produção de um processo emancipatório dos sujeitos sociais, como espaço de transformação, promotor dos diálogos entre estes serviços –, os movimentos sociais e as ações de formação, nos remete a estruturar processos educativos no campo da saúde coletiva, onde educadores e educandos, profissionais, estudantes e população possam interagir e descobrir juntos formas conjuntas de aprendizagem e intervenção nos contextos concretos onde atuam. Isso pressupõe análise e compreensão desses contextos em sua complexidade, e a devolução aos sujeitos/atores das práticas educativas do lugar de partícipes da produção do conhecimento coletivo, protagonizando ações para o enfrentamento dos seus problemas cotidianos (Dantas, 2018, p. 230).

Partindo dessa compreensão, a EPS busca promover processos emancipatórios, por meio do fortalecimento de uma saúde mais autônoma, baseada nos saberes populares e dotada de um processo histórico-cultural que representa uma conquista social.

As mulheres e seus saberes e fazeres em Educação Popular e Saúde Coletiva

A seguir, apresentaremos os resultados da pesquisa e o diálogo que produzimos com os saberes e fazeres advindos das vozes das mulheres de Patrimônio da Penha, participantes deste trabalho, com o objetivo precípuo de conhecer e/ou reconhecer e/ou compreender como se dá a relação da saúde das mulheres campesinas de Patrimônio da Penha com os saberes populares e tradicionais. Nesse bojo, apresentamos, inicialmente, a origem dos saberes tradicionais das mulheres, sujeitos da pesquisa, e a importância destacada por elas ao longo do trabalho produzido; na sequência, nos propomos a pensar os enredamentos da mulher e o ato de cuidar; por fim, inferimos dialogicamente sobre a participação e/ou luta social das mulheres em coletivos. A escolha dos excertos das vozes das mulheres que aqui registramos se justifica por demonstrarem, em nossa perspectiva, um maior potencial para o diálogo proposto⁵.

Posto isso, uma das primeiras questões foi conhecer como e com quem as mulheres campesinas aprenderam as práticas populares em saúde que utilizam no dia a dia e, nessa perspectiva, identificamos: 40% aprendeu pela prática da oralidade adquirida, principalmente, por outras mulheres da família, por meio do conhecimento empírico, cuja experiência foi vivenciada no cotidiano delas ao longo de suas vidas, desde a infância; 30% aprendeu com outras mestras, com educadoras populares da saúde, ou seja, com outras mulheres da comunidade; 20% afirmou que foi frequentando círculos de culturas, vivências sociais, encontros, feiras e rodas de conversa, com os conhecimentos intuitivos e com o autodidatismo; por fim, apenas 10% respondeu que foi a partir de cursos, formações e congressos.

Nota-se, com base nos dados acima, que a origem dos saberes e fazeres em saúde vem sendo transmitida de geração a geração, como um saber popular da mulher que partilha tais saberes com outras mulheres em espaços de vivências, encontros e rodas de conversa.

Segundo Geórgia Miranda, seus conhecimentos:

Foram adquiridos pela vida campesina, na relação diária e direta com a terra, com a floresta e, principalmente, com a experiência advinda das medicinas da floresta, como as plantas de poder capazes de expandir a nossa consciência e nos mostrar o caminho interior, da autocura, da autopercepção e do autoconhecimento. Da floresta eu tenho tudo, tudo Deus me dá. E as outras coisas que eu sei, aprendi com os cursos (Geórgia Miranda, 2023).

⁵ Com vistas a diferenciar as citações dos excertos trazidos pelas mulheres das demais citações bibliográficas, as registramos em itálico.

A partir da fala de Geórgia Miranda (2023), podemos identificar saberes e fazeres advindos da relação com a natureza e, ao mesmo tempo, dos processos formativos por ela realizados. Nessa perspectiva, inferimos no reconhecimento produzido por Geórgia aos saberes e fazeres que se dão na relação com a terra, floresta e experiências, como também nos saberes e fazeres dos processos formativos da área, nos “cursos”, aquilo que revela a relação orgânica e popular quanto à origem desses saberes e fazeres. Os saberes advêm das experiências das mulheres, passados de geração em geração, da lida com a terra e com a floresta e, não menos importante, com os processos formativos relacionados à Saúde Popular.

No que concerne à importância dos saberes populares para a saúde coletiva e comunitária, as mulheres se posicionaram de maneira diversa e bastante interessante, porém todas convergiram na afirmação da enorme relevância desses saberes para a saúde coletiva. De acordo com o pensamento de Débora Valente, existe uma relação diretamente proporcional no sentido da EP e da saúde comunitária, ou seja, quanto mais saberes se dão na área da EPS, mais saúde a comunidade terá. Segundo ela, “é muito importante também por democratizar o acesso à saúde” (Débora Valente, 2023). Iris Karry confirma tal perspectiva: “é uma forma de valorizar e legitimar o saber do povo, da comunidade, do conhecimento que se dá a partir da oralidade, e isso tem um custo baixo de acesso à informação à saúde” (Iris Karry, 2023).

Nesse horizonte, segundo Rose Grapentin (2023):

Os saberes populares são fundamentais e indispensáveis porque são a nossa medicina original, que de fato dão resultado. E outra contribuição muito importante é que se a medicina convencional é hoje o que é, é por causa desses saberes tradicionais.

Conforme Marinã Sales (2023), os saberes populares relacionados à saúde favorecem criar vínculos sociais entre as pessoas da comunidade:

Isso é muito necessário no mundo em que vivemos hoje, das relações líquidas e adoecedoras. A partir do momento que fortalecemos a nossa saúde pelos vínculos, principalmente em prol da saúde coletiva, temos muitas chances de encontrar o bem-estar individual e coletivo. O vínculo é curativo (Marinã Sales, 2023).

Essas práticas populares, relacionadas à saúde, possuem em seu propósito a arte de se relacionar na criação de um espaço de convivência, cercado de afetividade, na relação humana, que se dá olhando nos olhos, estando frente a frente. É na troca de experiências que a EPS se consolida:

A EPS envolve um conjunto de princípios orientadores de trabalhos sociais, de práticas profissionais e de ações populares construídas para envolver as pessoas, sensibilizá-las, mobilizá-las e articular espaços de diálogo, negociação e compartilhamento de experiências. Nesses espaços, por meio da participação protagonista das pessoas e da construção de vínculos solidários entre elas, vislumbram-se estratégias, individuais e coletivas, de enfrentamento e superação dos problemas sociais, e, essencialmente, constroem-se processos de aprendizagem para viver melhor (Cruz, 2018, p 20).

Outras mulheres citaram a extrema importância que existe nessa relação, por ser uma forma de perpetuar o conhecimento ancestral, envolvendo a comunidade em um bem comum. Roberta Lopes exemplifica o que seria para ela uma ação de bem comum ao citar a criação e manutenção de uma horta medicinal coletiva na comunidade de Patrimônio da Penha, fortalecendo a saúde da comunidade na totalidade.

Por outro lado, Agnes Duarte (2023) ressalta a contribuição dos saberes populares para a saúde mental coletiva: “*estamos precisando muito olhar com atenção para a saúde mental como um todo, de toda a comunidade, e a sabedoria popular tem muito a colaborar*”.

Enquanto isso, Tatiana Pongilupp acredita que os saberes tradicionais precisam estar consoantes aos saberes científicos, que ambos precisam caminhar unidos: “*Eu acredito muito na junção dos saberes populares e científicos, acho que todos saem ganhando*” (Tatiana Pongilupp, 2023).

As diferentes perspectivas trazidas pelas mulheres revelam não apenas a importância atribuída ao trabalho de saúde coletiva para a comunidade, mas suas visões de mundo, suas concepções de conhecimento e de saúde. Para além disso:

Percebe-se que as mulheres têm e, ao mesmo tempo, buscam permanentemente compreender a dinâmica da vida em sua teia de complexidades e relações. No cuidar de cada pessoa como ser único, há uma relação de amor e afeto muito forte, e a conjugação de várias ações – orientações de conduta, postura e mudança de comportamento e estilos de vida com terapias complementares. Assim, o trabalho que realizam vai desde a reorientação alimentar, a energização, os chás, o uso de plantas medicinais e remédios feitos destas para curar determinadas doenças e a mudança de postura nas relações familiares e cotidianas, até a conexão com o universo e a dimensão da fé e da transcendência (Pulga, 2018, p. 87).

Sendo assim, as mulheres campesinas assumem uma grande contribuição não apenas para a saúde das pessoas, como também para a saúde da terra e das águas. São elas, principalmente, que cultivam as hortas e os jardins medicinais, que preparam os remédios caseiros e cuidam da saúde da família, se encarregando de passar os saberes adiante, para as

futuras gerações. Segundo Nayara Rudeck, educadora popular da saúde e participante da pesquisa:

São as mulheres as grandes detentoras do conhecimento ancestral da terra, a elas foi confiada a missão de cuidar das sementes e do plantio. Quando a gente fala de cuidado da terra, a gente se remete aos saberes tradicionais... a gente fala de memória ecológica ou biomemória, que é algo extremamente importante para a gente construir uma concepção e saúde, cuja base é a Educação Popular (Nayara Rudeck, 2023).

Outra fala que dialoga com essa perspectiva é a de Sandra Regina Barbosa, quando cita que “*a cultura das matriarcas é passada adiante através dos saberes e práticas das benzedeiras, parteiras e curandeiras, que estão totalmente mergulhados no poder curativo da terra*” (Sandra Regina Barbosa, 2023).

Nesse sentido, é possível afirmar que existe uma relação muito direta, de modo geral, das mulheres com a saúde popular. Isso se dá por um fato historicamente constituído em nossa sociedade, que pode ser dialogado com as questões de gênero, nas quais os homens sempre ocuparam espaços e funções fora de suas casas, deixando as tarefas do lar para as mulheres. Fato esse que ainda se reproduz até os dias de hoje.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de dezembro de 2023, o país tem 6,08 milhões de empregados domésticos (são todos os que prestam serviços em residências como doméstica, jardineiro, motorista, mordomo) trabalhando. Destes, 5.539 milhões são mulheres (91,1%), e homens são apenas 540 mil (8,9%). Os dados da Pnad mostram ainda que a grande maioria são mulheres negras, com média de idade de 49 anos e apenas 1/3 tem carteira assinada, recebendo em média um salário-mínimo (IBGE, 2023, n. p.).

A partir do exposto, adentramos à relação da mulher com o ato de cuidar. Ao falarmos em tarefas do lar, o cuidado está automaticamente incluído nesse processo e, indubitavelmente, invisibilizado. Ao falarmos em cuidado, falamos, principalmente, de um papel historicamente associado às mulheres, uma vez que se trata de ações pensadas para serem assumidas por elas na sociedade, restritas ao espaço privado.

Nesse contexto: “a conquista pela construção de uma esfera pública democrática tem sido luta das mulheres nas últimas três décadas, buscando afirmar a questão feminina e assegurar direitos no que se refere à condição da mulher” (Amaral, 2020, p. 111). Nessa perspectiva, as mulheres não só foram as principais responsáveis por aprender a realizar trabalhos domésticos, como são as responsáveis pelo aprendizado acerca das práticas de

cuidado relacionas à saúde, que ocorre em uma perspectiva geracional. Sendo assim, esses conhecimentos são passados entre as mulheres da família ou por meio das pessoas mais antigas das comunidades, trazendo um acúmulo dos saberes tradicionais e ancestrais relacionados à saúde coletiva.

Contudo, essa herança cultural não foi suficiente para as mulheres campesinas romperem com as relações de submissão aos homens, o que, a partir da escuta das vozes das mulheres, ainda se constitui um desafio. Por outro lado, segundo Amaral (2020), há também esforços na direção de rupturas, do reconhecimento de que a educação é uma oportunidade de se libertar desse processo e de ressignificar o seu trabalho e a sua participação no meio social, atuando e tomando decisões nas discussões que lhes cabem:

Construir processos emancipatórios dentro desse contexto permite criar novas possibilidades de mudança, possibilidades de autonomia para as mulheres estarem nos espaços, interagirem com eles e transformá-los. A autonomia das mulheres pode quebrar laços de subordinação, de dominação e de dependência delas. É preciso que ao conquistarem espaços rompam com a invisibilidade do trabalho da mulher camponesa [...] Outra maneira que as mulheres camponesas encontram para se emancipar é pela educação, seja com um projeto de educação, seja com um projeto de educação formal nas escolas, que ensine as crianças a questionar discursos machistas, promovendo debates sobre igualdade de gênero, seja na formação das próprias mulheres camponesas, que a cada dia estão conquistando seus lugares nas escolas, nos cursos médios e superiores. Embora a taxa de escolaridade das mulheres seja mais elevada que a dos homens, isso não tem garantido melhores salários e nem melhores oportunidades de trabalho (Amaral, 2020, p. 133).

Dessa forma, inferimos que a EP tem um papel fundamental na formação dessas mulheres. Compreendemos que sua matriz formativa é geradora de questionamentos políticos e sociais, e questões como o tensionamento necessário ao papel da mulher na relação com o cuidado da família e/ou nas relações ainda de subserviência ao homem são pautas dessa formação.

Outrossim, observamos a práxis acontecendo na realidade cotidiana das mulheres, revelada em suas vozes ao confirmarem que os saberes populares em saúde são aplicados diariamente, seja no autocuidado, no cuidado da família, dos animais e do meio ambiente. Dentre esses usos, destacam-se a fitoterapia, como: chás, tinturas, xaropes, pomadas, óleos essenciais, banho de ervas, caminhadas na natureza, banho de cachoeira, *reiki*; *thetahealing*; homeopatias, medicina tradicional chinesa, terapias energéticas, alimentação natural, florais, massagens e *yoga*.

As respostas obtidas na questão anterior confirmam haver uma relação intrínseca entre as práticas populares de saúde e a realidade vivida no cotidiano dessas mulheres. É importante constatar que esses saberes tradicionais traduzidos nas práticas integrativas, como já sinalizado, nem sempre são adquiridos via formações específicas. No caso das mulheres, sujeitos da pesquisa, há afirmações de que mesmo as práticas de *reiki*, homeopatia e *yoga*, convencionalmente aprendidas em cursos profissionalizantes, são passadas por meio da oralidade e do intercâmbio de saberes e fazeres entre elas.

A partir da pesquisa, foram listadas 33 práticas de EP e saúde na comunidade, a saber:

Imagen 1 – Práticas de EP e saúde na comunidade



Fonte: banco de dados da autora (2023).

Os dados revelam uma riqueza e uma diversidade de práticas terapêuticas de saúde coletiva, baseadas nos saberes tradicionais passados pela oralidade, presentes no trabalho das mulheres campesinas de Patrimônio da Penha. Além disso, eles revelam uma significativa

representatividade de mulheres à frente da promoção da saúde coletiva no território, confirmado o que Pulga (2018) diz:

Essa experiência desenvolvida e acumulada pelas mulheres camponesas ligadas ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e de outras práticas populares de saúde, está inserida no contexto de práticas populares de saúde, que realizam ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, utilizando a diversidade de terapias naturais, alternativas e populares para cuidar da saúde e da vida. São práticas de resistência e afirmação de um novo jeito de pensar e cuidar da saúde. Trazem consigo a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), para torná-lo mais democrático, com uma transformação nos processos de produção do cuidado na perspectiva da integralidade (Pulga, 2018, p. 86).

Por fim, nos interessou também dialogar com as mulheres sobre participação social e/ou luta social, de modo que identificássemos a participação delas em algum movimento social ou coletivo relacionado à EP, que possuísse representatividade nas discussões políticas locais. Das 15 participantes, apenas quatro responderam que sim, mostrando a insuficiência da participação popular dessas mulheres nos espaços de debate público do município.

Apesar de saber da importância de estarmos organizadas politicamente aqui no nosso território, acabamos, por vezes, vencidas pelo cansaço em lidar com um cenário desfavorável para essa discussão que envolve a educação popular em saúde (Rose Grapentin, 2023).

A falta de mobilização política é uma dificuldade que vivemos aqui no município e na comunidade. Vejo muitos coletivos organizados, mas sem a veia política que é tão necessária para a garantia dos nossos direitos, seja na saúde ou em qualquer setor (Débora Valente, 2023).

Apesar de um número pequeno em relação ao universo da pesquisa, inferimos acerca da necessidade de uma compreensão contextual sobre tal processo, o que, por sua vez, deixa no horizonte o aceno para trabalhos de organização política e social das mulheres, inclusive para a promoção de uma Educação Popular em Saúde Coletiva. Pois, como assevera Pulga (2018, p. 86):

Da mesma forma, as mulheres assumem a metodologia de construção de processos político-organizativos, formativos e de resistência popular próprios da concepção e das práticas da EP, tendo nas pessoas das classes populares seus principais protagonistas. A base da relação entre os sujeitos do processo é a realidade concreta, o projeto popular que querem construir, mediado pelo projeto político e pelas estratégias de cada organização, permeadas pelo diálogo que se dá na arte do encontro e a sua dimensão de integralidade, que constrói, desmonta, ressignifica saberes e práticas com a outra pessoa.

As questões trazidas pelas mulheres revelaram um pouco da realidade de cada educadora popular da pesquisa, retratando suas perspectivas acerca das práticas de saúde coletiva que desenvolvem na comunidade. Com isso, podemos conhecer mais do universo temático no qual estão inseridas. É com admiração no olhar que percebemos qual o conceito de saúde que essas mulheres trazem consigo, nos fazendo refletir sobre o que é ter saúde e o que é ter qualidade de vida. Reflexões essas que podem ser respondidas no modo como elas se relacionam com a vida, no contato diário com a natureza, no silêncio das matas, no trabalho com a terra, com as águas, com os ciclos da lua. Na preservação da saúde mental, dotada de uma sabedoria que os livros não ensinam, sobre a arte de se relacionar bem, primeiramente consigo mesma e depois com o meio em que se vive.

Considerações para o momento

A presente pesquisa teve como tema central a realização de um estudo acerca da relação da EP na construção e na manutenção da saúde coletiva, praticada pelas mulheres campesinas da comunidade de Patrimônio da Penha, localizada na Serra do Caparaó Capixaba. Teve como objetivo principal compreender como se dá essa relação e como a EP está presente nas práticas de saúde dessas mulheres. Questão essa que esteve presente nas falas das participantes, destacando fortemente que as práticas de cuidado com a saúde coletiva praticada por essas mulheres se dão na perspectiva da EP.

O estudo evidenciou que todas as 15 participantes da pesquisa utilizam práticas relacionadas à saúde, a partir dos saberes populares empíricos adquiridos, principalmente, por meio da herança cultural e histórica de outras mulheres mais antigas da família ou da comunidade, ao longo dos anos. Foram listadas 33 práticas de EP relacionadas à saúde observadas na comunidade, sendo a maioria praticada pelas mulheres, mostrando a significativa representatividade na frente de trabalho e o envolvimento feminino na promoção da saúde coletiva no território.

Por unanimidade, os indivíduos da pesquisa afirmaram utilizar cotidianamente os saberes tradicionais acerca das propriedades terapêuticas das plantas medicinais para cuidarem da própria saúde ou da família, o que as coloca na condição de guardiãs desses saberes e fazeres.

Por fim, entendemos que o trabalho exercido pelas mulheres pode ser fortalecido por meio da organização de um coletivo, uma vez que apenas quatro dentre elas afirmaram participar de uma organização dessa natureza. Há o reconhecimento de sua importância, contudo identificamos uma ausência de mobilização social com este objetivo.

Referências

- AMARAL, D. M. **Pedagogia da terra**: as mulheres da Reforma Agrária na Educação. Curitiba: Appris, 2020.
- AMARAL, D. M.; MONTRONE, A. V. G. Educação Popular: metodologia de pesquisa como processo educativo. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 43, p. 75-88, jan./jun. 2015. DOI 10.21879/faeeba2358-0194.2015.v24.n43.p75-88. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/1310>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- BORNSTEIN, V. J. *et al.* Educação Popular em Saúde e o protagonismo dos sujeitos sociais. In: SANTOS, S. A.; WIMMER, G. (org.). **Curso de Educação Popular em Saúde**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2013. p. 37-55.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.761 de 19 de novembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1054>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 259-267.
- CRUZ, P. J. S. C. **Agir crítico em nutrição**: uma construção pela Educação Popular. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8573?locale=pt_BR. Acesso em: 28 jun. 2024.
- CRUZ, P. J. S. C. **Educação Popular em Saúde**: desafios atuais. São Paulo: Hucitec, 2018.
- DANTAS, V. L. Educação popular e os diálogos possíveis com a formação no campo da saúde considerando a perspectiva popular. In: CRUZ, P. J. S. C. (org.). **Educação Popular em Saúde**: desafios atuais. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 228-251.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz & Terra, 1989.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2005.
- GERKE, J.; GUIMARÃES, A. S. Memórias e narrativas dos estudantes da educação do campo mediadas pelo caderno da realidade. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 21, n. 70, p. 1072-1096, jul./set. 2021. DOI 10.7213/1981-416x.21.070.ds04. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416X2021000301072&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jun. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **IBGE**, 2023. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de%20domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo, história, práticas e desafios no âmbito das Políticas de Formação de Educadores – reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, jul./dez. 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1982-99492014000200220&script=sci_abstract. Acesso em: 28 jun. 2024.

MOLINA, M. C.; MARTINS, M. F. A. **Formação de formadores**: reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação no Campo no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, M. W. *et al.* Processos educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPED, 2009. p. 1-17. Disponível em: <https://legado.anped.org.br/sites/default/files/gt06-5383-int.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

PULGA, V. L. As múltiplas dimensões da Educação Popular em Saúde que emergem das experiências e saberes produzidos nas redes de cuidado das mulheres campesinas. In: CRUZ, P. J. S. C. (org.). **Educação Popular em Saúde**: desafios atuais. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 85-106.

SOUZA, P. C. A.; AMARAL, D. M. Caminhando com os invisíveis: a pesquisa em processos educativos e práticas sociais. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 96-113, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/22535>. Acesso em: 3 ago. 2024.

UFES. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo**. Vitória: Centro de Educação, 2019. Disponível em: http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/PPC_LEC_0.pdf. Acesso em: 2 ago. 2024.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 177-190, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71626>. Acesso em: 28 jun. 2024.

VASCONCELOS, A. C. C. P.; PEREIRA, I. D. F. CRUZ, P. J. S. C. Práticas educativas em Nutrição na Atenção Básica em Saúde: reflexões a partir de uma experiência de extensão popular em João Pessoa-Paraíba. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 334-340, jul./set. 2008. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14274/7724>. Acesso em: 28 jun. 2024.

Submetido em 16 de agosto de 2024.
Aprovado em 4 de fevereiro de 2025.